

ATA DA REUNIÃO DE MINISTROS DE TRABALHO DO MERCOSUL

Na cidade de Porto Alegre, aos 30 dias do mês de novembro de 2012, celebrou-se a Reunião de Ministros de Trabalho do Mercosul, contando com a presença do Ministro do Trabalho e Emprego do Brasil, do Ministro do Trabalho, Emprego e Seguridade Social da Argentina, do Ministro do Trabalho e Seguridade Social do Uruguai e da Diretora de Inspeção de Trabalho do Ministério do Poder Popular para o Trabalho e Seguridade Social, em representação da Ministra do Trabalho da Venezuela. Também assistiram a Reunião, os Coordenadores Nacionais dos Órgãos Sociolaborais da Argentina, do Brasil, do Uruguai e representante da Venezuela que acompanha a Secretária de Inspeção do Trabalho. A lista de participantes figura como **Anexo I**.

Abriu a reunião o Ministro de Trabalho e Emprego do Brasil, Brizola Neto, quem deu as boas-vindas às delegações e fez uma apresentação dos temas incorporados na Agenda da Reunião (a qual figura como **Anexo II**). O Ministro Brizola Neto fez referência às reuniões ocorridas ao longo da semana entre representantes dos quatro países e destacou os avanços alcançados em relação à implementação do Plano Regional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. O Ministro avaliou que houve muitos progressos, principalmente no que se refere à erradicação do trabalho infantil e ressaltou o compromisso de erradicar as piores formas de trabalho infantil até 2015 e sua completa extinção até 2020.

Saudou os avanços no processo de revisão da Declaração Sociolaboral e manifestou a expectativa de conclusão do processo durante a próxima PPT Uruguai. Fez referência aos avanços na área da inspeção do trabalho e destacou a importância da continuidade dos operativos conjuntos e de impulsionar o plano de formação de inspetores do trabalho do Mercosul. Em relação ao tema da livre circulação assinalou que a intenção é avançar na harmonização de procedimentos para facilitar a circulação de trabalhadores e na validação da certificação profissional em todos os países do Bloco. O ministro avaliou que este conjunto de ações é fundamental para um avanço nas políticas de emprego dos países do Mercosul. Afirmou ser este o momento favorável a uma ação proativa dos países do Bloco, com a possibilidade de concluir acordos importantes para colocar as decisões da área de trabalho no eixo central das decisões políticas de governo.

Propôs a seguir um breve intercâmbio entre os Ministros sobre a conjuntura internacional e regional.

O Ministro Carlos Tomada destacou a importância de promover a integração produtiva na perspectiva do emprego e do trabalho decente no Mercosul. Argumentou sobre o papel dos Ministérios do Trabalho no processo de formulação de políticas estratégicas e sugeriu impulsionar o tema de Saúde e Segurança no Trabalho com base nos documentos preparados pela OIT. Mencionou a necessidade de avançar no processo de inspeção do transporte de carga, promover a articulação dos Ministros do Trabalho no

marco da UNASUL. Anunciou que participará da Conferência de Alto Nível sobre Trabalho Decente na República Russa em Dezembro de 2012, ocasião em que falará em nome do Mercosul.

A Representante da Venezuela manifestou a disposição de seu governo em apoiar o documento da Declaração Sociolaboral do Mercosul e disse que assistia a reunião com o compromisso de levar ao seu país os documentos acordados para análise da Ministra do Trabalho, para que a partir das próximas reuniões possam realizar contribuições substanciais. Informou também sobre a publicação da Lei Orgânica de Trabalho dos Trabalhadores e Trabalhadoras em 1º de maio de 2012.

O Ministro do Trabalho e Emprego do Brasil fez referência à Reunião de Ministros do Trabalho do G20 e afirmou que o trabalho decente deve ser combinado com uma economia decente para o processo de integração, intensificação do comércio regional e formulação de políticas macroeconômicas direcionadas à promoção do emprego. O fundo público deve ter a participação do salário na economia. Neste sentido, é necessária ação mais proativa do bloco para aproveitar o cenário mais favorável.

O Ministro do Trabalho do Uruguai destacou o tema da livre circulação de trabalhadores, certificação das capacidades com vistas a desenvolver uma plataforma comum virtual de intermediação de empregos e saúde e segurança no trabalho. Disse que a plataforma comum poderia interconectar inicialmente os sistemas de Argentina, Brasil e Paraguai, de modo a facilitar o diálogo com marcos nacionais de formação, certificação profissional e serviços públicos de emprego. Anunciou a disposição da PPTU de promover um seminário técnico para tratar os temas de: formação e certificação profissional; plataforma virtual comum e; normas nacionais, regionais e internacionais. Referido seminário contaria com o apoio da OIT e da OIM. Mencionou o Estratégico de Ação Social do Mercosul para destacar que cabe aos ministérios do trabalho a implementação do eixo laboral de referido plano.

Os Ministros acordaram avançar nos seguintes pontos:

1. Estimular a Comissão Sociolaboral a avançar no seu compromisso de conseguir uma revisão da Declaração Sociolaboral do Mercosul que constitua um avanço no reconhecimento e proteção dos direitos trabalhistas. Reconheceram os esforços e avanços feitos na revisão da Declaração Sociolaboral do Mercosul e farão consultas sobre a viabilidade de elevá-la à categoria de protocolo ou *mater status* jurídico atual.
2. Consultar os respectivos ministérios de relações exteriores a respeito da intenção de promover uma reunião de ministros do trabalho da UNASUL, com a finalidade de *mater intercâmbio* e desenvolver agenda no marco dos assuntos sociolaborais.
3. Reafirmar a disposição de Brasil e Argentina de continuar desenvolvendo ideias convergentes para promoção do Mercosul nos foros internacionais: CIMA/OEA; G20 e; OIT, entre outros

4. Continuar os Operativos de Inspeção Conjunta e acelerar a implementação do Plano de Formação de Inspetores de Trabalho do Mercosul.

5. Instar as Equipes Técnicas Regionais de Formação Profissional na elaboração de um Plano de Trabalho que produza um marco de equivalências de Formação e Certificação de Competências entre os diferentes países do Mercosul e a desenvolver uma estratégia de comunicação/divulgação dos cursos.

6. Assegurar a continuidade da realização de uma Reunião de Ministros de Trabalho em cada Presidência *Pro Tempore* do Mercosul e promover uma reunião previa, organizada pelos coordenadores nacionais em fevereiro de 2013 no Uruguai.

Os Ministros dos Estados Partes do Mercosul receberam os representantes da bancada dos Empregadores e da bancada dos Trabalhadores para uma sessão de diálogo e intercâmbio. Na oportunidade receberam das mãos do porta voz dos trabalhadores, um documento em nome da a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul, com posicionamento a respeito da crise internacional e da conjuntura econômica e política regional.

Segue, em anexo, a Declaração de Ministros de Trabalho do Mercosul. **Anexo III.**

Porto Alegre, 30 de novembro de 2012.